

Algumas reflexões sobre a historiografia do movimento do Contestado: o caso dos operários da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande.

Márcia Janete Espig

Esta comunicação pretende informar sobre as reflexões referentes a minha tese de doutoramento, desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS sob a orientação do Prof. Dr. José Rivair Macedo. Nesta pesquisa, investigo os operários que estiveram na região do Contestado alguns anos antes do movimento, trabalhando na construção da Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande. Sobre estes, em geral a historiografia afirma uma participação destacada no conflito social do Contestado. Meu objetivo para esta comunicação é analisar a evolução das informações prestadas pela historiografia sobre este assunto. Quero demonstrar que muitas das afirmações feitas não foram comprovadas pelos autores, gerando-se versões não discutidas, nas quais se repetem informações anteriores sem o necessário questionamento.

A Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (EFSPRG) percorre boa parte da área contestada entre Santa Catarina e Paraná no início do século XX. Sua construção neste trecho deu-se entre 1908 e 1910, e teria, segundo o *Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra* pelo General Fernando Setembrino de Carvalho (comandante das forças em operação no Contestado entre o mês de setembro de 1914 e maio de 1915) agregado um contingente de operários desqualificados vindos de grandes centros do país, como Rio de Janeiro e Pernambuco. Estes “bandidos” e “facínoras” teriam permanecido na região ao final dos trabalhos, tornando-se posteriormente líderes do movimento do Contestado.¹ Esta informação vem marcando a historiografia sobre o Contestado desde então.

A produção historiográfica sobre o Contestado inicia-se com os dois capítulos sobre o assunto publicados por Oswaldo Rodrigues Cabral, historiador e médico catarinense, em um manual de 1937.² Raramente lembrada pela historiografia atual, surpreendentemente esta obra constitui-se como origem de uma série de informações sobre os operários da

Estrada de Ferro, motivo pelo qual a presente análise inicia-se por ela. A maioria dos dados apresentados será posteriormente reforçada por Cabral em livro posterior, que mereceu uma pesquisa bem mais detalhada. Até lá, porém, esta já terá constituído algumas verdades historiográficas, repetidas pelos autores que escreveram entre 1937 e 1960.³

A obra de 1937 é um manual de história de Santa Catarina que confere destaque para *A Guerra dos Fanáticos*, título dos capítulos VIII e IX. Nestes, Cabral enuncia uma série de informações importantes sobre este assunto. Destaca que

Nesse anno [1906], devido á necessidade do momento, foram então recrutados trabalhadores para a construcção da linha, no Rio, em São Paulo e Santos, além de outros centros populosos. O rebotalho das ruas affluio para o Contestado, os egressos da justiça, afamados capoeiras e facinoras de toda a especie e de todas as procedencias, alistaram-se entre os trabalhadores do Engenheiro Saldanha, tentados pelo salario elevado que lhes era promettido.⁴

Seguem ainda as informações trazidas por Cabral:

Dez mil homens foram encaminhados para o valle desabitado do tortuoso Rio do Peixe e, dia e noite, proseguiram os trabalhos da construcção da Estrada de Ferro, dirigidos por Achilles Stenghel.⁵

Esta é a primeira menção, em toda a historiografia sobre o Contestado, à quantidade de trabalhadores que teria migrado para a região, embora não traga uma indicação quanto a sua origem. Muitos autores dela irão se apropriar de forma acrítica. Cabral ainda destaca o banditismo que assolou a região, motivo pelo qual a companhia montou um corpo armado com 200 homens.

Os apontamentos feitos por Cabral em 1937, inclusive aqueles não referenciados, serão incorporados pelos trabalhos publicados a seguir. A próxima obra de destaque virá à público no início dos anos 50, escrita por Aujor Ávila da Luz.⁶ Este trabalho irá reproduzir basicamente as informações trazidas por Cabral, sem no entanto referenciar aquele trabalho.⁷ Na verdade, devido às maiores dimensões da obra de Luz e a sua apropriação generalizada pela historiografia posterior, é bastante possível que muitos vejam nesta a origem de vários conhecimentos historiográficos. Volto a lembrar, porém, que o manual de

Cabral terá primazia na constituição de uma série de informações sobre o assunto em questão.

A obra seguinte, de autoria de Brasil Gerson,⁸ elabora uma síntese sobre o movimento, dedicando muito espaço e elogios ao trabalho de Ávila da Luz. Sobre os operários da Estrada de Ferro, Gerson reproduz a mesma notícia que Ávila da Luz recolhe de Cabral, igualmente não referenciando este último, agregando porém um dado novo. Comentando as expulsões de posseiros feitas pela Brazil Railway e o privilégio dado aos estrangeiros na escolha das terras, acrescenta que “[...] eram os trabalhadores rústicos ou foragidos da polícia por ela trazidos dos grandes centros urbanos para o assentamento dos trilhos [...]”.⁹ Entretanto, este dado não possui referência em termos documentais ou bibliográficos.

Entre o final dos anos 50 e a década de 60 a historiografia sobre o Contestado sofrerá uma renovação importantíssima, tendo sido publicados trabalhos fundamentais, embasados em pesquisas empíricas qualificadas e contando com análises sociológicas ou históricas. Estes trabalhos tornaram-se marcos de referência e são muito utilizados ainda hoje pelos pesquisadores, sendo analisados a seguir.

Cabral publica, logo ao início dos anos 60, uma alentada obra.¹⁰ Será o primeiro a focar detidamente os “monges” presentes no movimento, que posteriormente receberão a atenção de vários outros pesquisadores. Sobre o aspecto que me interessa, o autor reproduziu as teses já enunciadas em 1937, agregando porém a informação de que o conjunto de trabalhadores, terríveis facínoras, foram aqueles que “[...] a Polícia, em suas batidas, recolheu e compulsoriamente deportou para o Contestado [...]”¹¹, possivelmente influenciado por Gerson. Sobre o número dos operários contratados, o autor irá suavizar um pouco sua colocação anterior, considerando que o cálculo de 10 mil homens pode ser um pouco exagerado, embora não o seja em “demasiado”.¹²

A socióloga Maria Isaura Pereira de Queiroz publicou em 1957 o resultado de sua tese de doutoramento.¹³ A pesquisa, realizada no início dos anos 50, utilizou documentação até então inédita, como jornais de época e testemunhos orais recolhidos pela autora e pelo

pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz. Pereira de Queiroz confere atenção e destaque às condições de vida, à figura do caboclo, ao contexto histórico-sociológico e às singularidades da mentalidade regional. Devido a estes interesses prioritários, a problemática da Estrada de Ferro e dos trabalhadores contratados para sua construção não será amplamente discutida pela autora, reproduzindo apenas informações já observadas, tais como o dado de que os trabalhadores teriam sido capturados entre malfeitores de várias centros urbanos do Brasil.¹⁴ Observe-se que a autora agrega a cidade de Salvador à lista dos locais que teriam dado origem aos operários e troca a antiga referência de Setembrino de Carvalho, feita a Pernambuco, para sua capital, Recife. Completa-se aqui uma transição iniciada em 1937, com a obra de Cabral, e que modifica a menção feita por Setembrino a dois *estados* (Rio e Pernambuco) para algumas *idades* (Santos, Salvador, Recife) associadas a realidades portuárias. A informação torna-se progressivamente mais específica, sem que a ela se agreguem novas fontes documentais.

A pesquisa do também sociólogo Maurício Vinhas de Queiroz veio a público alguns anos após, em 1966.¹⁵ Fruto de uma longa investigação, que contou com um grande volume de documentação, este trabalho estabelece uma competente obra de reconstrução do movimento. Uma preocupação destacada no texto de Vinhas de Queiroz é evidenciar o clima de tensão social existente na região, questão fundamental para sua análise de cunho marxista. Neste sentido, é muito relevante para este autor tanto a questão da inserção de trabalhadores advindos de grandes centros quanto a penetração de forças capitalistas na região. Vinhas de Queiroz contextualiza mais detidamente que outros autores aspectos importantes para este problema, tais como a personagem Percival Farquhar, a empresa *Brazil Railway Company* e a criação de sua subsidiária *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, que explorava as terras recebidas em concessão ou adquiridas.¹⁶ Sobre os operários contratados para a construção da Estrada de Ferro, destaca:

À princípio, foram empregados quatro mil trabalhadores; porém, com a marcha dos trabalhos, o seu número atingiu a cerca de oito mil. Eram contratados principalmente no Rio de Janeiro e em Pernambuco. Divididos em numerosas turmas, entregues a taifeiros que recebiam por empreitada

e se encarregavam de pagar os salários, êsses milhares de operários forneciam-se em treze grandes armazéns mantidos pela estrada.¹⁷

Neste autor observamos um retorno à informação original de Setembrino sobre a procedência dos operários (Rio de Janeiro e Pernambuco), o quê demonstra a fidelidade de Vinhas de Queiroz às fontes utilizadas. Os dados seguintes, inovadores em relação às obras anteriores, resultam da pesquisa realizada pelo sociólogo. Sobre o destino dos operários, considera, a partir da obra de Setembrino de Carvalho, que não foram recambiados para os locais de origem.¹⁸

No ano de 1974, outro trabalho foi publicado, novamente por um sociólogo. Trata-se da importante obra de Duglas Teixeira Monteiro,¹⁹ hoje um clássico obrigatório tanto para os pesquisadores deste movimento quanto para os estudiosos das práticas de compadrio no interior de nosso país. Assim como as anteriores, esta é uma obra respaldada em sólida pesquisa documental. Este livro diferencia-se daqueles por não se deter em aspectos de narrativa ou cronologia histórica,²⁰ destacando aspectos intrínsecos ao movimento e analisando-os em termos sociológicos e antropológicos. Entre estes se encontram o significado do compadrio interclasses na região; a crise representada pela inserção de forças capitalistas e a posterior recriação de significados sociais (que denomina processo de reencantamento do mundo). Neste caminho, importa-lhe resgatar, sobretudo, o universo de significados simbólicos construído pelos rebeldes no transcórre do movimento, utilizando referenciais weberianos, dentre outros.

As considerações de Monteiro acerca da presença dos operários da Estrada de Ferro no Contestado se referem às teses observadas acima. O autor relaciona as alterações sofridas pela sociedade local à emergência de um novo tipo de violência, denominada violência inovadora (que demonstra uma mudança no quadro da violência costumeira) e que acompanha a ruptura da consciência de nivelamento. O impacto da penetração de novas relações capitalistas, supõe Monteiro, provavelmente tenha levado a uma alteração do gênero de vida costumeiro, aumentando as diferenciações entre as classes sociais.²¹ Entre as mudanças ocorridas, o autor menciona que houve uma leva de 4 a 8 mil homens, que

não foram recambiados ao local de origem. O sociólogo estabelece uma breve análise inovadora em relação ao tema, embora esta não tenha recebido o amparo de novas fontes, afirmando que estes homens, devido a procedência de cidades portuárias, poderiam ter participado de “agitações políticas operárias” nos locais de origem.²² Monteiro relaciona ainda estas personagens à introdução de relações de trabalho não tradicionais. Nestas relações somavam-se não apenas o fato de receberem por empreitada, como também a obrigação em se abastecerem nos armazéns da Companhia. Além disto havia ainda a presença do Corpo de Segurança, que se distinguia da tradicional composição regional de bandos de jagunços pelo fato de “[...] estar a serviço de interesses econômicos anônimos e não à disposição dos interesses pessoais de determinados ‘coronéis’”.²³

Em minha análise das obras apontadas acima, sobretudo os livros de Cabral, Pereira de Queiroz, Vinhas de Queiroz e Monteiro, tentei demonstrar a formação de uma representação historiográfica sobre os operários que vieram à região do Contestado para trabalhar na EFSPRG. Esta representação assenta-se, inicialmente, na informação prestada pelo General Setembrino em seu *Relatório*, mas agrega novos dados que raramente estiveram relacionados a fontes primárias. Assim, podemos observar a constituição de uma referência sobre estes trabalhadores cujos pontos principais são:

1º – os trabalhadores vieram de grandes centros urbanos, principalmente do Rio de Janeiro e Pernambuco;

2º – estes homens foram abandonados na região após o término da construção da Estrada de Ferro;

3º – sua constituição social levou-os ao banditismo;

4º – tornaram-se, mais tarde, líderes no movimento do Contestado;

5º – o número de trabalhadores foi, inicialmente, de quatro mil homens, sendo progressivamente estendido para oito mil homens, ou mesmo dez mil homens (em algumas análises);

6º – parte deles foram capturados pela Polícia ou retirados de cadeias e enviados para a região;

7º – os locais de proveniência seriam, além dos apontados no ponto 1º, Santos, Salvador e Recife, cidades portuárias;

8º – teriam permanecido, sobretudo, nos municípios de Campos Novos, Curitiba, Lages, Palmas, Clevelândia, Porto União e Canoinhas;

9º – estavam sujeitos ao Corpo de Segurança da Companhia, bem como ao consumo de produtos dos Armazéns da Companhia;

10º – poderiam ter participado do movimento operário em seus locais de origem;

11º – teriam se tornado jagunços de coronéis ou constituído bandos próprios após o abandono na região.

Os quatro primeiros pontos são aqueles originalmente destacados no *Relatório* de Setembrino de Carvalho. As demais informações surgem aos poucos na historiografia, como demonstrei, e apenas o ponto 5º (parcialmente) e o ponto 9º (completamente) encontrarão referência em fontes documentais. O ponto 4º já foi completamente refutado por estudo recente.²⁴ Entretanto, a maioria das obras posteriores irá incorporar uma ou várias destas informações, que vieram a formar uma tese consensual e raramente discutida.

A historiografia mais recente irá reproduzir, com raras variações, as teses construídas pelas obras que acabei de analisar. A variada produção existente desde os anos 1980 até o período atual incorporou acriticamente as informações elencadas acima sobre os operários da EFSPRG, destacando sua ação enquanto fator de agravamento das tensões sociais regionais. Esta produção não irá agregar análises inovadoras, também não se preocupando com a incorporação de novas fontes documentais sobre este tema. Apenas a obra de Paulo Pinheiro Machado fará um questionamento desta tese, que denomino tradicional.²⁵ Entretanto, devido às dimensões do presente texto, não será possível detalhar minha análise acerca da historiografia mais recente, tarefa que deixo para outra ocasião. Minha reflexão neste quesito refere-se ao problema da constituição de algumas “verdades historiográficas”, baseadas em bibliografia anterior e sem referência a provas documentais.

¹ CARVALHO, Fernando Setembrino de. **Relatório apresentado ao General de Divisão José Caetano de Faria, Ministro da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1916. p. 03.

-
- ² CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Santa Catharina** (historia – evolução). São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1937.
- ³ Existe ainda um segundo manual do autor, no qual Cabral basicamente repete as mesmas informações de 1937 e 1960, inclusive com uma redação bastante semelhante. Por este motivo tal manual não merecerá atenção em separado, sendo suficiente esta menção. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. Curitiba: Grafipar, 1970. v. I.
- ⁴ CABRAL, Oswaldo. 1937, p. 381/382.
- ⁵ Idem, p. 382.
- ⁶ LUZ, Aujor Ávila da. **Os fanáticos: crimes e aberrações da religiosidade dos nossos caboclos** (contribuição para o estudo de antropro - sociologia criminal e da história do movimento dos fanáticos em Santa Catarina). Florianópolis: s/ed, 1952. Mais recentemente esta mereceu uma segunda edição, revisada e posfaciada pelo historiador Walter Piazza (1999).
- ⁷ Idem, p. 37.
- ⁸ GERSON, Brasil. **Pequena história dos fanáticos do Contestado**. Rio de Janeiro: MEC, 1955.
- ⁹ Idem, p. 12.
- ¹⁰ Intitulada *João Maria: Interpretação da Campanha do Contestado* (1960), esta obra será reeditada em 1979, com um título diferente. CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **A Campanha do Contestado**. 2ª ed. Florianópolis: Editora Lunardelli, 1979.
- ¹¹ Idem, p. 101.
- ¹² Idem, *Ibidem*.
- ¹³ PEREIRA DE QUEIROZ, Maria Isaura. **La "Guerre Sainte" au Brésil: Le mouvement messianique du "Contestado"**. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1957.
- ¹⁴ Idem, p. 41/42.
- ¹⁵ QUEIROZ, Maurício Vinhas de. **Messianismo e conflito social** (a guerra sertaneja do Contestado - 1912-1916). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- ¹⁶ Idem, p. 69/76.
- ¹⁷ Idem, p. 71/72.
- ¹⁸ Idem, p. 72.
- ¹⁹ MONTEIRO, Douglas Teixeira. **Os errantes do novo século: um estudo sobre o surto milenarista do Contestado**. São Paulo: Duas Cidades, 1974.
- ²⁰ O autor optou por colocar em anexo uma breve cronologia do movimento. Idem, p. 269/276.
- ²¹ Idem, p. 43.
- ²² Idem, p. 44.
- ²³ Idem, *Ibidem*.
- ²⁴ MACHADO, Paulo Pinheiro. **Lideranças do Contestado: a formação e a atuação das chefias caboclas** (1912-1916). Campinas: Ed. da Unicamp, 2004.
- ²⁵ Idem, p. 145.